



Exm^o. Senhor
Chefe do Gabinete da Senhora
Ministra Adjunta e dos Assuntos
Parlamentares
Dr^o. João Bezerra da Silva

SUA REFERÊNCIA
N^o: 1046
ENT.: 2056

SUA COMUNICAÇÃO DE
07/09/2022

NOSSA REFERÊNCIA
SAÍDA N^o 1372
PROC. N^o: 1272/2022/774

DATA
12/10/2022

ASSUNTO: Pergunta n.º 536/XV/1.ª de 06 de setembro de 2022
Sobre a Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência
e a Garantia dos Direitos das Pessoas com Deficiência

Em resposta à Pergunta n.º 536/XV/1ª, de 06 de setembro de 2022, do Grupo Parlamentar do PCP, encarrega-me a Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de informar o seguinte:

A Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025 (ENIPD) foi aprovada e publicada a 31 de agosto de 2021. Desde então foram concretizadas e implementadas medidas em diversas áreas.

O relatório anual de execução das medidas e objetivos da ENIPD 2021-2025, referente ao ano de 2021, já está elaborado e será apresentado à Comissão de Acompanhamento para a respetiva apreciação e à Comissão Interministerial para aprovação, conforme previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/2021, de 31 de agosto, seguindo-se a sua publicação. Para a constituição da Comissão de Acompanhamento, que integra representantes de ONGPD, de organismos públicos, de Ordens Profissionais, da ANMP, da ANAFRE, entre outros, visando incluir agentes de todas as áreas de intervenção de uma Estratégia Nacional que se quis transversal e abrangente, articulada com as políticas públicas, foi necessário mais tempo do que o inicialmente previsto tendo-se refletido no prazo estipulado para apresentação e aprovação do relatório.

Entre o conjunto substancial de medidas já concretizadas e implementadas destacam-se:

1. No âmbito da promoção da acessibilidade ao meio edificado:
 - Criação de Equipas Técnicas de Promoção das Acessibilidades em todas as áreas governativas, às quais a Estrutura de Missão para a Promoção das Acessibilidades (EMPA) tem vindo a dar formação técnica de acessibilidade no ambiente construído, habilitando-as para a competência de elaboração dos Planos Plurianuais de Intervenção no edificado público e zona envolvente da Administração Central.
 - Assinatura do Protocolo entre a Estrutura de Missão para a Promoção das Acessibilidades (EMPA), a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e a Fundação para os Estudos e Formação nas Autarquias Locais (FEFAL), para a elaboração de um plano de formação, realização de seminários temáticos e criação de uma rede de contactos para a partilha de informação.
 - Lançamento, no âmbito do PRR, de programas de eliminação de barreiras arquitetónicas, designadamente: o Programa de Intervenção nas Vias Públicas, com uma dotação de 25 M€, que já rececionou 327 candidaturas que se encontram em análise; o Programa de Intervenção em Edifícios Públicos, com uma dotação de 10 M€, que já



rececionou 229 candidaturas que se encontram em análise e o Programa de Intervenção em Habitações 2021-2025 (PIH), em curso até dia 30 de setembro, com uma dotação de 10M€.

2. Para assegurar a acessibilidade no sistema de transportes públicos e de passageiros:
 - Introdução de cláusulas obrigatórias nos cadernos de encargos para concessão dos serviços públicos de transporte, bem como para a aquisição e manutenção de frotas e material circulante, que obriguem ao cumprimento das normas técnicas de acessibilidade.
 - Divulgação e atribuição do Selo de Acessibilidade e Usabilidade dos sites, designadamente através da Estratégia para a Transformação Digital da Administração Pública 2021-2026, e respetivo Plano de Ação Transversal, na qual se encontra inscrita a medida de criação de plano de ação para a promoção de serviços digitais inclusivos.
3. Na acessibilidade comunicacional, destacamos a consolidação de um serviço de interpretação de Língua Gestual Portuguesa no Serviço Nacional de Saúde 24 e o lançamento do concurso para a criação da Plataforma + Acesso, num investimento de 3M€, que, para além de outros objetivos, cria um serviço de Call Center, capaz de assegurar a comunicação em tempo real, com recurso à interpretação de Língua Gestual Portuguesa LGP, em toda a administração pública.
4. Na área da Educação, destaca-se o trabalho já desenvolvido sobre o sistema de intervenção precoce, assim como a realização do estudo de avaliação e a revisão dos modelos de funcionamento dos Centros de Recurso para a Inclusão, num trabalho realizado com os parceiros do setor social e solidário, estando previsto para o próximo mês a reativação do mesmo grupo para avaliação e revisão do respetivo modelo de financiamento.
5. No âmbito do Emprego e Formação Profissional foram promovidas condições de acessibilidade das pessoas com deficiência à oferta formativa desenvolvida na Rede de Centros de Formação Profissional do IEFP. De destacar o investimento, no âmbito do PRR, na Modernização da oferta e dos centros de formação profissional (dirigida a todos, onde se inclui as pessoas com deficiência), com um investimento total de 22,6 M€, para aquisição de equipamentos para centros de formação profissional, de 52,3 M€ para obras de construção e de 30,7M€ para obras de requalificação.
6. Na área da Capacitação de instituições e comunidades para a autonomização e vida independente de pessoas com deficiência, destaca-se:
 - A reavaliação das Respostas Sociais, com legislação publicada que regulamenta as condições gerais do edificado, os termos e as condições técnicas de instalação e de organização, funcionamento e instalação a que deve obedecer a resposta social do Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão; altera o regime jurídico dos estabelecimentos de apoio social e estabelece a comunicação prévia para o funcionamento das respostas sociais; e estabelece as condições de instalação, organização e funcionamento a que deve obedecer a resposta social Residência de Autonomização e Inclusão.
 - No âmbito do PRR, foi lançado o aviso para reforço da Rede de Equipamentos e Respostas Sociais, para onde se incluem as respostas de CACI e Residências de Autonomização e Inclusão (RAI), visando a intervenção em 900 lugares em CACI e 240 lugares em RAI.



7. No âmbito do Estatuto do Cuidador Informal, em janeiro de 2022, na sequência das experiências-piloto que ocorreram durante doze meses, foram generalizadas a todo o território nacional todas as medidas de apoio ao cuidador informal previstas no respetivo Estatuto, nas quais se inclui o Subsídio de Apoio ao Cuidador Informal Principal. Iniciou-se ainda o trabalho de definição de referenciais de formação e capacitação da cuidadora ou do cuidador informal para a prestação de cuidados às pessoas com deficiência em situação de dependência e o desenvolvimento de um mecanismo de criação de indicadores de monitorização e avaliação desta medida de política social.
8. Com o objetivo de reforçar, modernizar e simplificar as prestações sociais de apoio às pessoas com deficiência, foi elaborado por um Grupo de Trabalho interministerial um Relatório de Diagnóstico e Propostas de Modelo Futuro para uma Prestação ÚNICA por DEPENDÊNCIA, em análise pelas várias tutelas envolvidas, cujo resultado dará origem a medida integrada no PRR, no Programa de Transição Digital da Segurança Social.
9. Na área da Cultura e Lazer, destaca-se:
 - A aprovação e publicação da Estratégia Nacional de Promoção da Acessibilidade e da Inclusão dos Museus, Monumentos e Palácios na dependência da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e das Direções Regionais de Cultura 2021-2025 (EPAI 2021-2025), que resultou de uma estreita colaboração entre as áreas Governativas da Cultura e a da Inclusão, pretendendo-se firmar compromissos e definir um instrumento de trabalho impulsionador de uma sociedade mais inclusiva, equitativa, justa e preparada para o futuro, assim como a aprovação pelas tutelas da Inclusão e do Turismo do Programa Festivais Acessíveis e do Prémio Festival + Acessível.
 - O Programa Praia Acessível, Praia para Todos, através do prémio anual e respetivas ações de sensibilização realizadas, tem assegurado o aumento do número de praias acessíveis (marítimas, fluviais e lacustres). Verificou-se um aumento de 10 praias acessíveis em 2022, sendo atualmente 233 no total.
 - Lançamento do Guia Prático: Acessibilidade nos eventos, preparando a implementação do Programa Eventos Acessíveis e respetivo prémio “Festivais +Acessíveis”.
10. No âmbito da promoção da atividade física foi criado o Prémio Desporto +Acessível, que resultou de uma articulação entre o Instituto Nacional para a Reabilitação e o Instituto Português do Desporto e Juventude e dinamizando o Programa Nacional de Desporto para Todos.

Reitera-se que é desígnio deste Governo pugnar pela maior empregabilidade das pessoas com deficiência, que constitui um direito e uma importante dimensão de autonomia.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Paula Lopes Vieira